





**Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)**

Análise do Portal da Transparência do Município de Patis

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG
observamg@xxxxx.

Análise do Portal da Transparência do Município de Patis

1. Sumário

A avaliação do Portal da Transparência do Município de Patis, considerando o conjunto de 45 critérios analisados, indica que 19 critérios foram atendidos e 26 não foram atendidos. Isso corresponde a aproximadamente 42% dos critérios cumpridos e 58% não contemplados. Observa-se que há informações disponíveis em áreas como receitas, despesas, convênios recebidos, diárias, parte de licitações, contratos, prestação de contas e alguns itens de acessibilidade. Entretanto, permanece um número expressivo de critérios ausentes, especialmente em relação à dívida ativa, acordos sem repasse, remuneração, terceirizados, editais de seleção, documentos completos de licitações, informações detalhadas de contratos, dados sobre obras e quase todo o conjunto dos instrumentos de planejamento. Assim, embora existam elementos publicados de forma regular, o conjunto geral demonstra que o portal ainda apresenta lacunas significativas que impactam a completude das informações disponibilizadas ao cidadão.

2. Análise Detalhada por Grupo

A análise dos critérios revela que a área de receitas apresenta informações básicas, com dados referentes à previsão e realização e à classificação por natureza orçamentária, porém não disponibiliza a lista de inscritos em dívida ativa, o que prejudica a transparência da recuperação de créditos. No campo das despesas, há divulgação de dados sobre execução orçamentária e detalhamento de pagamentos, o que demonstra algum nível de abertura das informações relacionadas ao gasto público.

Em relação aos convênios e transferências, o portal disponibiliza informações sobre recursos recebidos, com dados essenciais como valor, origem e objeto, mas apresenta limitações quanto às transferências realizadas e não traz informações sobre acordos sem repasse financeiro, resultando em um quadro parcial da cooperação firmada pelo município.

O grupo de recursos humanos apresenta divulgação nominal de servidores, informações sobre estagiários e dados sobre carga horária e funções, mas não disponibiliza a remuneração nominal de servidores, tampouco lista os terceirizados nem os editais completos de concursos e seleções públicas, o que representa um afastamento de práticas que favorecem maior visibilidade sobre vínculos funcionais.

Quanto às diárias, há publicação referente aos beneficiários e às condições de concessão, embora não seja divulgada a tabela de valores, o que limita o entendimento completo das regras adotadas.

No tema das licitações, observa-se a divulgação das licitações realizadas, com informações básicas sobre número, modalidade e objeto, mas não há publicação dos editais completos, dos documentos das fases interna e externa, das atas de adesão e dos processos de dispensa e inexigibilidade. Também não se verifica a divulgação do plano anual de contratações, tampouco a lista de licitantes sancionados. Como consequência, o acompanhamento da execução das compras públicas torna-se fragmentado.

No grupo de contratos, o portal apresenta a lista de contratos celebrados, com dados gerais sobre objeto, valores e vigência, porém não disponibiliza o inteiro teor dos instrumentos, tampouco informações sobre fiscais de contratos ou a ordem cronológica de pagamentos. Essa ausência dificulta a análise detalhada da execução contratual.

Os critérios referentes às obras apresentam ausência integral das informações esperadas, incluindo etapas, percentuais executados, preços, obras paralisadas e justificativas, gerando uma lacuna importante na transparência sobre investimentos estruturais.

Na categoria de prestação de contas, há publicação do balanço geral, do relatório de gestão, do RGF e do RREO, o que demonstra conformidade com parte das obrigações legais. Entretanto, não há divulgação dos resultados de apreciação do Tribunal de Contas nem do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo pelo Legislativo, o que compromete a visualização completa do processo de controle externo.

A área de planejamento apresenta ausência generalizada das informações, não sendo disponibilizados o PPA, a LDO, a LOA e os objetivos estratégicos institucionais com seus indicadores.

Por fim, no campo da acessibilidade, o portal disponibiliza funcionalidades como trilha de navegação, alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, mas não apresenta símbolo de acessibilidade em destaque, o que demonstra atendimento parcial às recomendações dessa área.

3. Considerações Finais

A avaliação realizada mostra que, embora o portal do Município de Patis disponibilize informações relevantes em alguns grupos, ainda permanece um número significativo de critérios não atendidos, principalmente nos temas ligados à licitações, contratos, obras, planejamento e informações estruturais sobre recursos humanos. Essas ausências dificultam a compreensão abrangente das ações administrativas e reduzem a capacidade de acompanhamento das atividades governamentais pela população.

Recomenda-se que o município avance na inclusão das informações que ainda não foram incorporadas ao portal, dando prioridade à publicação da lista de inscritos em dívida ativa, da remuneração nominal dos servidores e da relação de terceirizados, bem como dos editais completos de concursos e licitações. Sugere-se ainda a disponibilização integral dos documentos de licitações, dos contratos e de seus aditivos, das informações detalhadas sobre obras públicas e dos processos relativos ao controle externo. É recomendável também que sejam incorporados os instrumentos de planejamento, como PPA, LDO e LOA, permitindo ao cidadão compreender as diretrizes e metas da administração municipal. A inclusão completa dos dados sobre diárias, transferências e convênios, juntamente com o aprimoramento de elementos de acessibilidade, contribuirá para a construção de um portal mais abrangente e funcional, fortalecendo a transparência institucional e ampliando a clareza das informações disponibilizadas ao público.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br